

CLIPPING IMPRESSO

17/08/2019



INDICE

1. CNJ	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
3. INSTITUCIONAL	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	3
4. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	4

Rapidinhas

- O Poder Judiciário do Maranhão promove, entre os dias 19 e 23 de agosto, a 14ª Semana do Programa Nacional 'Justiça pela paz em casa'. O programa faz parte da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 254/2018.
- Como forma de concentrar esforços para o julgamento de processos que envolvem o tema, a 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher realizará, durante a semana, 240 audiências, em 6 salas, com juízes, promotores, defensores públicos e advogados.
- O desembargador Raimundo Barros é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (16) até domingo (18), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Informe JP

Lei do Personal

O deputado federal Gil Cutrim subiu à tribuna, esta semana, e fez um breve discurso para os parlamentares presentes sobre a recente decisão judicial que considerou inconstitucional a chamada Lei do Personal, em São Luís.

O parlamentar também frisou o trâmite na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2.488/19, de sua autoria, cujo teor é semelhante à Lei Municipal de São Luís, e abrange todo o território nacional.

Judiciário deve mudar cultura de debate e ter foco em decidir, diz ministro

"A família jurídica brasileira tem que ir para o divã para curar o trauma causado pelo fato de termos vivido quase sempre em regimes de exceção." A prescrição foi feita nesta sexta-feira (16) pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, durante o "1º Congresso Brasileiro de Direito Processual Empresarial", organizado e sediado pela Faap (Fundação Aramando Álvares Penteado, em São Paulo).

Moraes fez a palestra de encerramento do evento e falou com forte ênfase da necessidade de o Poder Judiciário do Brasil mudar de cultura. Deixar de priorizar a "beleza da discussão" e passar a se focar em atingir resultados.

"Muitas vezes é mais importante que haja uma decisão, mesmo que errada. Melhor do que não ter decisão nenhuma. Isso deixa as pessoas seguirem em frente", disse. O ministro do Supremo alertou para a necessidade de que o Judiciário tenha como foco maior resolver os casos de forma rápida e que para isso é necessário enterrar a ideia de que seguir precedente é retirar independência do juiz.

"Ninguém diria que o juiz inglês não tem independência, apesar de sempre seguirem fielmente os precedentes. Ter que torcer para qual juiz vai cair o caso não é Justiça. No Brasil se confunde independência judicial com anarquia de juiz. É preciso se criar uma cultura de se seguir súmula, repercussão

geral, precedente e criar segurança jurídica", afirma. Para exemplificar, Moraes contou que até o ano passado era comum pessoas entrarem com Habeas Corpus até cair com um ministro que teria um entendimento que se adequava à tese de defesa. Uma mudança do regimento interno passou a mudar isso.

Assumir responsabilidade O ministro disse também que os constituintes tiveram a sabedoria de dar ao Poder Judiciário o papel de mediadores de conflitos da República. Os dois processos de impeachment, segundo Alexandre de Moraes, demonstram o acerto da decisão.

"Até a Constituição de 1988, quando havia conflito entre Legislativo e Executivo, as Forças Armadas eram chamadas para mediar. Isso gerou estado de exceção e ditadura. O constituinte olhou para o passado e viu se não colocasse um mediador, um novo conflito entre Executivo e Legislativo produziria outro estado de exceção", disse.

Novos poderes, novas responsabilidades. O ministro ressalta que se antes de 1988 o Judiciário não tinha tanta interferência na vida nacional e passava quase despercebido, hoje em dia tem o dever de assumir o papel e resolver os conflitos.

"Quem é muito acionado e analisa tudo deve se preocupar em resolver e gerar segurança jurídica", afirmou.

JUSTIÇA CIDADÃ NA TV

Programa conta como sistema de segurança vai identificar mais dados de cidadãos

O programa Justiça Cidadã deste sábado (17), ao meio-dia, na TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17), vai falar sobre o novo sistema de segurança institucional que será implantado no Judiciário maranhense, o que permitirá uma identificação mais completa de todas as pessoas que frequentam as unidades judiciais no estado. O entrevistado desta edição é o presidente da Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça, desembargador Raimundo Barros. A iniciativa é fruto de uma parceria do Tribunal de Justiça do Maranhão com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que vai repassar, sem ônus, o sistema desenvolvido pelo seu Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional. Os apresentadores Heider

Lucena e Amanda Campos vão conversar com o magistrado sobre as fases de execução da cooperação técnica assinada pelos dois tribunais e explicar o que a tecnologia, controle de rotinas e gestão estratégica de segurança já mudaram no tribunal parceiro. O programa é reapresentando em horários alternativos, às 10h de domingo, às 21h de segunda e de quarta e às 16h de quinta, na TV Assembleia. A cada edição semanal, novos entrevistados dão informações e tiram dúvidas sobre áreas específicas de atuação do Judiciário maranhense. O público pode colaborar com perguntas e informações pelo WhatsApp do programa, (98) 98880-4461, ou pelo Telejudiciário, 0800-707-1581.